Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro

Simon Schwartzman (Organizador)
Antônio Paim / Jacqueline Pitangui Romani
Marcia B. de Melo Nunes / Tânia Salem
Maria Clara Mariani / Nadja Vólia X. Souza



CNPq
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO

Sumário

Educação e Ciências Sociais: O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais*

Maria Clara Mariani

Em 1952, Anísio Teixeira foi empossado como diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), órgão de pesquisa do Ministério da Educação e Cultura. Assumia o lugar de Murilo Braga de Carvalho, morto num desastre aéreo quando se dirigia para os Estados Unidos, para representar o Brasil num Congresso de Educação.

ANÍSIO TEIXEIRA

Anísio Teixeira era uma das figuras míticas da educação brasileira: reformador do sistema educacional baiano no governo Góes Calmon (1924/1928), foi um dos técnicos com quem Francisco Campos discutiu a sua reforma do ensino (1930), Diretor de Educação do prefeito Pedro Ernesto (1931/1935), signatário do "Manifesto dos Pioneiros" (1932), fundador da Universidade do Distrito Federal (1935), novamente secretário da Educação na Bahia no governo Otavio Mangabeira (1946/1950). Chegava ao Inep cercado de uma intensa expectativa. Sua imagem era a de um técnico de competência internacionalmente reconhecida, cuja principal característica era ser inteiramente avesso à burocracia. Nos vários cargos que ocupou deixara sempre marca inovadora: como inspetor de ensino no governo Góes Calmon fez o primeiro levantamento global das condições materiais e humanas das escolas baianas — o resultado, como não podia deixar de ser, foi extremamente insatisfatório, tendo sido constatado que, ao lado de quase total ausência de recursos, existia uma máquina burocrática dominada pela mentalidade mais imobilista. Hermes Lima nos informa que, já naquela época, o objetivo de Anísio Teixeira era "traçar para a educação as diretrizes de um pensamento que colocasse o sistema de ensino a serviço da reconstrução não apenas da instrução, mas da própria sociedade"[1]. Tinha percebido a necessidade de fugir

* Trabalho realizado no âmbito do Centro de Estudos e Pesquisas da Finep. A responsabilidade pelos conceitos emitidos é da autora.

[1] Hermes Lima, *Anísio Teixeira, Estadista da Educação.* Rio, Editora Civilização Brasileira, p. 43.

do acidentalismo e das injunções políticas, e partiu para uma análise concreta da situação do ensino e das condições sociais do meio em que teria que ser organizado. Concluiu que era melhor lutar pela melhor educação possível nas condições existentes, do que por uma educação utópica e inatingível. A formação do professor primário (quase sempre professora) era uma das peças chave nesse processo. Em todo o Estado da Bahia existia apenas um Instituto Normal — o de Salvador. A quase totalidade das professoras eram "leigas" que, se muitas vezes faziam o seu trabalho com dedicação e honradez, não dispunham do aparato técnico considerado o mínimo indispensável para a realização de um trabalho eficiente. Para começar a combater essa deficiência, foram fundados em duas cidades do interior — Feira de Santana e Caetité — novos institutos, ao mesmo tempo que o currículo se tornava mais diversificado e mais exigente.

No fim do governo Góes Calmon, Anísio Teixeira produziu um documento a pedido do novo governador Vital Soares, que pretendia mantê-lo no cargo, no qual enumerava uma série de sugestões que permitiriam a reorganização progressiva do sistema educacional baiano. Defendia principalmente uma educação diferenciada para os centros urbanos, as pequenas comunidades rurais do recôncavo ou do sertão e a população propriamente rural das fazendas e sítios. Insistia em que só através da pesquisa das condições reais da vida desses grupos, do conhecimento das suas necessidades e projetos, e de preparação de professores de boa qualidade, poderia surgir uma rede escolar que não se limitasse ao papel formal de ensinar a ler e contar, habilidades que, na maioria das vezes, eram perdidas por falta de utilização. Sua colaboração ao governo Vital Soares foi curta, porque não encontrou apoio para levar adiante seus planos e preferiu demitir-se.

A partir deste momento, até o seu retorno à administração pública, como diretor da Educação do prefeito Pedro Ernesto, esteve nos Estados Unidos estudando administração e filosofia de educação do Teacher's College da Universidade de Columbia, onde entrou em contato com o sistema educacional norte-americano. Ali descobriu Dewey e Whitehead, e entusiasmou-se com as suas propostas. De volta ao Brasil, passou a participar intensamente das discussões da Associação Brasileira de Educação (ABE), defendendo o ponto de vista de que o papel do ensino era, não o de acompanhar, mas o de preceder ou até provocar modificações que permitissem o Brasil passar de país agrário a industrializado.

Como diretor de Educação do Distrito Federal desenvolveu um trabalho coerente com esta linha de pensamento. É verdade que nos últimos anos, em parte graças à pregação da ABE, aumentara a importância atribuída pelo Estado à educação: a criação do Ministério da Educação e Saúde, um dos primeiros gestos de Getúlio Vargas como presidente provisório depois da Revolução de 30, é sintomática. Assim, sua tarefa era menos solitária, embora continuasse a despertar a estranheza dos políticos. Sua preocupação inicial foi repetir o que fizera na Bahia, e que considerava pré-requisito para qualquer tomada de atitude: fazer o levantamento das condições materiais e funcionais do ensino oferecido nas escolas públicas. Se na Bahia a tônica tinha sido a penúria, no Rio era a falta de uniformidade, tanto das instalações existentes quanto da qualidade do ensino oferecido. Esforçou-se com sucesso para reestruturar o sistema de ensino dentro da linha que viria a ser sistematizada no Manifesto dos Pioneiros, combatendo o empirismo dominante, ao dar um encaminhamento científico ao estudo e às solu-

ções dos problemas educativos, que, na sua opinião, deveriam estar não no terreno burocrático-administrativo mas no político-social. Este objetivo só seria atingido na medida em que fosse fortalecido o papel do Estado como educador, para torná-lo capaz de oferecer a todos uma escola uniforme, laica, gratuita, obrigatória e mista. Nessa intenção foram introduzidos novos métodos e técnicas pedagógicas ao mesmo tempo que se expandia a rede escolar. Numa segunda etapa procurou atacar os pontos considerados críticos a partir do levantamento feito: a inoperância e a repetência. A estratégia adotada foi mais uma vez tentar melhorar a formação dos professores. Para isso foi criado o "Instituto de Educação", que seria uma Escola Normal modelo. O projeto previa a existência, além da Escola de Professores, de Jardim de Infância, Escola Primária e Secundária, que funcionariam como laboratórios para novas técnicas e Escolas de Aplicação para os alunos do Curso Normal. Em 1935 a Escola de Professores foi incorporada à Universidade do Distrito Federal, e passou a chamar-se "Escola de Educação". Foi a primeira vez que se fez no Brasil a formação de professores primários a nível universitário. Ao lado da Escola de Educação funcionava um Instituto de Pesquisas Educacionais, dirigido por Delgado de Carvalho, primeiro passo para desenvolver o hábito do debate e dos estudos coletivos entre os educadores.

Esse trabalho de expansão e melhoramento da rede de ensino oficial desencadeou uma série de críticas contra Anísio Teixeira, provenientes principalmente do clero e da liderança católica leiga. O Manifesto dos Pioneiros foi uma resposta da comunidade dos educadores a esses ataques, que continuaram durante todo o período em que Anísio esteve à frente da Secretaria. Com a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, organizada fora dos padrões tradicionais, somou-se a hostilidade dos integralistas à dos católicos. As acusações se tornaram mais precisas — aos argumentos técnicos juntaram-se os ideológicos — e a universidade foi classificada de esquerdista. Com o agravamento dos conflitos políticos, Pedro Ernesto viu-se impossibilitado de continuar a dar cobertura ao trabalho desenvolvido por Anísio Teixeira, que voltou para a Bahia, onde passou a desenvolver atividades privadas, fora da área de educação.

Em 1947, foi novamente chamado à administração pública, como secretário da Educação de Otavio Mangabeira. Encontrando-se na mesma situação de 1924, foi necessário reiniciar a luta para tirar a educação das mãos do partidarismo, da improvisação e da descontinuidade, dando-lhe um tratamento administrativo mais isento e mais objetivo. Desse período o que ficou de mais importante foi a elaboração da Lei Orgânica de Educação e Cultura do Estado e o projeto para os centros experimentais de educação. Esses centros teriam sempre Jardim de Infância, Escola Elementar Modelo, Escola Normal, Escola Secundária, Parque Escolar, Centro Social de Cultura e internatos para as crianças que não tivessem família. Por absoluta falta de recursos a idéia não chegou a ser posta em prática, a não ser no caso do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, que veio a ser a Escola Experimental do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Inep (não confundir com a Escola de Aplicação do CRPE/Bahia). Seu objetivo seria provar a eficácia da educação como fator de transformação social — o filho do lavrador ou o filho do operário, atendido satisfatoriamente nas suas necessidades culturais e físicas, graças a professores especialmente treinados, dieta adequada e assistência médica, poderia render tanto ou mais quanto o filho de uma família abastada. Era a possibilidade de escapar da longa prática de discriminação econômica e

social em vigor no Brasil, e permitir o surgimento de lideranças fora dos grupos oligárquicos tradicionais. A constituição das elites deixaria de estar baseada no "direito de nascença" para ser o resultado do desenvolvimento de aptidões naturais de determinados indivíduos especialmente capacitados para determinadas tarefas. Ao mesmo tempo, através da transmissão de hábitos, atitudes e aspirações, a escola iria preparando a criança para a civilização técnica e industrial que o Brasil se propunha a construir.

Com o fim do governo Mangabeira, Anísio Teixeira veio para o Rio dirigir, a convite de Ernesto Simões Filho, ministro da Educação de Vargas, a Capes — Comissão (depois Coordenação) de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. A Capes fora idealizada pelo economista baiano Rômulo de Almeida, e tinha como objetivo desenvolver mecanismos que permitissem formar, no mais curto espaço de tempo, os quadros necessários para o programa de desenvolvimento econômico pensado pela equipe que cercava o presidente Vargas. Procurou-se melhorar a qualidade dos docentes universitários através da concessão de bolsas no exterior ou em centros brasileiros considerados de qualidade excepcional. Foram feitos também levantamentos, pesquisa e documentação a respeito das condições do ensino superior brasileiro. Nesse momento, com a morte de Murilo Braga de Carvalho, Anísio Teixeira passou a dirigir o Inep — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC, hoje denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, mas conservando a mesma sigla.

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Criado em 15/01/1937, na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, com o nome de Instituto Nacional de Pedagogia, pela Lei nº 378, destinava-se a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino, nos seus diferentes aspectos, atribuição até então do Departamento Nacional de Educação. Mas só em 1938, com o Decreto-Lei nº 580, suas atribuições foram melhor definidas e, com a nova denominação de "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" passou a ter existência real. Idealizado por Lourenço Filho, educador também ligado à ABE e ao movimento da Escola Nova, que realizara como inspetor-geral de ensino no Ceará reformas tão importantes quanto as de Anísio Teixeira na Bahia, tinha como atribuições:

"a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas; b) manter o intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro; c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes às instituições educacionais do país e do estrangeiro; d) promover investigação no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema de orientação e seleção profissional; e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos; f) divulgar pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica".

Cabia também ao Inep cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) "por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos

trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento e readaptação do funcionalismo público da União".

O Inep começou a funcionar com uma pequena equipe: Lourenço Filho e 3 técnicos em educação. No ano seguinte, 1939, seu quadro foi ampliado, organizaram-se diversas seções e definiram-se funções. Passou então a ter 6 seções: Documentação, Inquéritos e Pesquisas, Psicologia, Orientação e Seleção Profissional, Biometria Médica, Biblioteca Pedagógica. A ênfase na psicologia explica-se pela formação de Lourenço Filho. A existência das seções de Orientação e Seleção Profissional e Biometria Médica estava ligada às funções de cooperação com o Dasp.

O programa, como se pode ver, era ambicioso, mas a sua realização era dificultada por dois obstáculos dificilmente contornáveis, não só na época em que foi concebido como no correr da sua vida: a falta de pessoal especializado e as rígidas normas do funcionalismo público.

Segundo Elza Rodrigues Martins, funcionária do Inep, desde 1947 e diretora do CBPE de 1969 a 1975, um dos principais problemas do instituto, como órgão de estudos e pesquisas, foi a dificuldade de recrutar pessoal especializado. Pelas normas do Dasp, o desempenho das funções específicas do Inep deveria ser entregue aos "técnicos de educação". Mas o que era um técnico de educação? Nunca ficou muito claro. A indicação ainda imprecisa está no regulamento do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, que diz que aquele curso se destina também a formar técnicos de educação para os quadros profissionais do Ministério da Educação e Saúde. Assim, o quadro do Inep, um órgão de estudos e pesquisas, foi preenchido na maioria por pessoas cuja principal qualificação era a de terem feito o Curso de Pedagogia — a mesma exigência feita para um funcionário cuja tarefa fosse fiscalizar burocraticamente instituições de ensino em qualquer dos seus níveis, ou o registro de diploma. É sabido que o Curso de Pedagogia não ministrava aos seus alunos formação técnica ou metodológica que lhes permitisse atuar na área de pesquisa. Não é difícil concluir que o Inep nasceu com uma grande pretensão com relação às funções que deveria desempenhar, sem que a essas funções correspondesse uma formação de pessoal adequado.

É possível que essa limitação inicial tenha definido o rumo que o Inep tomou. A administração Lourenço Filho (1938/1945) realizou, além do trabalho de implantação do órgão, a organização de uma biblioteca pedagógica, de um serviço de documentação da legislação educacional brasileira, e a criação da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* em 1941, que divulgava não só os estudos e pesquisas feitos no instituto como o pensamento pedagógico internacional, alguns estudos e pesquisas importantes para o conhecimento da educação no Brasil. Foram realizados inquéritos anuais sobre vários aspectos da administração dos serviços de educação em geral e da organização do ensino público; estudos sobre a organização do ensino primário e normal nos estados; coleta sistemática de documentação sobre educação contemporânea e histórica (organizaram-se os originais de *A Instrução e a República*, de 1889 a 1930); estudo sistematizado do conteúdo de jornais e revistas ligados à educação, com o objetivo de seguir a evolução do pensamento no país; levantamento da bibliografia pedagógica desde 1808; publicações técnicas para serem distribuídas às instituições ligadas à educação. E,

na verdade, grande parte do quadro do Inep dedicou-se não à pesquisa, mas aos estudos relativos à instituição de um "Fundo Nacional do Ensino Primário" que deveria estabelecer a origem dos seus recursos e os critérios para a sua aplicação.

Em 1945, com o fim do Estado Novo, Lourenço Filho foi substituído por Murilo Braga de Carvalho. Essa administração estendeu-se até 1952, e nesse período o Inep praticamente perdeu o seu caráter de instituto de pesquisas: continuaram apenas alguns serviços de documentação ligados à legislação e publicaram-se catálogos sobre as oportunidades de educação existentes no país. As razões foram várias: a principal talvez tenha sido a extinção da Diretoria do Ensino Primário e Normal, e a passagem das suas atribuições para o Inep, que, junto com a administração dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, passou a ocupar a quase totalidade da atenção do instituto: a tarefa de construir escolas em zonas rurais, nas fronteiras e nas áreas de colonização estrangeira, levaram à necessidade de estudos a respeito do melhor tipo de prédio para grupos escolares, escolas isoladas, escolas normais. Da função de administrador do Fundo Nacional do Ensino Primário surgiu um novo setor, o de Aperfeiçoamento do Magistério, que oferecia cursos de especialização no Distrito Federal, para professoras primárias do interior, em regime de bolsas de estudo.

Em 1952 tomou posse Anísio Teixeira. Sua principal preocupação foi a de dinamizar o Inep, transformá-lo num órgão capaz de dar "à política educacional do Ministério da Educação e Cultura (o Ministério da Educação e Saúde tinha sido desdobrado, no governo Vargas, em Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde) a base de estudos e pesquisas necessária à um realismo operante de meios e a uma inteligência esclarecida de fins e propósitos. . ." "As funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar amplitude maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspiração do magistério nacional, para a formação daquela consciência educacional comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira. Os estudos do Inep deverão ajudar a eclosão desse movimento da consciência nacional indispensável à reconstrução escolar"[2].

Segundo Darcy Ribeiro[3], "Anísio Teixeira, quando assumiu a direção do Inep em 1952, tinha a completa percepção de que a educação, tanto quanto a saúde, necessita de pesquisas, estudos; necessita que gente de melhor qualidade se dedique a pensar nos problemas da educação. Tanto que tinha o sentimento físico do fracasso do governo brasileiro na tarefa de educar elementarmente a sua população. Ele se inquietava com isso. Queria saber o porquê do fracasso, ou se não seria fracasso, mas intenção. Ainda que não fosse uma intenção explícita. A elite brasileira, formada numa sociedade escravista, tinha a tendência de pensar em povo como carvão para queimar e não pessoas para serem educadas. . ."

O quadro de funcionários do Inep não tinha condições de cumprir essa nova tare-

---

[2] Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: *Análise da situação atual do Inep e Proposta de reformulação de sua estrutura e objetivos.* Rio, MEC/Inep, Dezembro de 1971, p. 10.

[3] Entrevista, 5 de setembro de 1978.

fa. Nos últimos anos, sua ampliação se fizera em detrimento da qualidade, e muitas pessoas que tinham entrado como interinos, sem terem ao menos o já ineficiente Curso de Pedagogia, tinham sido efetivadas, impedindo a contratação através de concurso de técnicos melhor qualificados. Anísio Teixeira propôs, como forma de contornar o problema, a criação de duas campanhas: a "Campanha Extraordinária de Educação" e a "Campanha do Livro Didático e Materiais de Ensino". A primeira deveria, através de acordos, contratos e convênios com especialistas, organizações técnicas e de ensino, fazer, em todos os estados da Federação, o levantamento da situação dos diversos ramos e níveis do ensino. A segunda deveria estabelecer as bases para a elaboração de manuais que servissem como guias para o professorado secundário, até então habituado a um ensino verbalista e na maioria das vezes inócuo. Os novos manuais deveriam servir de base para uma transformação radical do ensino médio, e por isso deveriam ser elaborados por profissionais de competência indiscutível, indicados pela comunidade dos educadores secundários.

Em 1953 a idéia foi aprovada e surgiram a "Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar" (Cileme) e a "Campanha do Livro Didático e Material de Ensino" (Caldeme). Ambas definiram seus programas através de seminários que reuniram os principais técnicos de educação do país. O programa da Cileme pretendia cobrir os aspectos gerais da educação média e elementar (levantamento rápido, precedido da reunião da documentação existente, e destinado a um contato com a situação real do ensino em todo o país); os sistemas estaduais da educação (especialmente quanto à organização administrativa e técnica); o aluno do curso médio (suas condições sociais, capacidade, ideais, dificuldades e conflitos); o professor do curso médio (suas condições sócio-econômicas, formação, capacidade, condições de trabalho e eficiência); a escola de grau médio (visando especialmente à organização de escolas para a sua classificação sob o ponto de vista da eficiência geral).

A Caldeme, por sua vez, contratou 8 técnicos com o objetivo de produzir manuais relativos a diferentes matérias e iniciar uma coleção que englobasse toda a bibliografia disponível sobre ensino, princípios e métodos educacionais.

A grande novidade do programa pensado para a Cileme foi pretender não acumular dados, que já existiam, mas utilizá-los de maneira inovadora. Assim, a escola deveria ser abordada não só pelo seu aspecto material e estatístico, mas nos seus objetivos reais e no seu funcionamento. O enfoque deixou de ser quantitativo para ser qualitativo. Perguntava-se basicamente: o que representa a escola para os alunos que a procuram? Quais são os objetivos — transcendentes aos dispositivos legais de ordem geral — que se propõe alcançar? Com que eficiência atinge esses objetivos e de que modo atende aos ideais daqueles que a procuram? Quais as causas essenciais das falhas que apresenta neste ou naquele setor? De que modo poder-se-á contribuir para atenuar ou remover essas falhas?

A seleção não foi fácil: procurou-se encontrar pessoas que, além de competentes tivessem uma tal convicção a respeito dos inconvenientes do ensino verbalista que as levasse à elaboração dos manuais, em detrimento das suas atividades profissionais. Aceitaram o desafio alguns professores cujos nomes é importante que fiquem registrados: zoologia: Paulo Sawaya (da USP); botânica: Karl Arens (da FNF); biologia geral: Oswaldo Frota Pessoa (da FNF); português: Mário de Sou-

za Lima (da USP); francês: Raymond Van Der Haegen (da Universidade da Bahia); história geral: Carlos Delgado de Carvalho (FNF); história do Brasil: Américo Jacobina Lacombe (PUC/Rio); química: Warner Gustav Krauledas (FNF).

Tanto a Cileme quanto a Caldeme tiveram um papel importante no processo de dinamização do Inep concebido por Anísio Teixeira. Foram mecanismos que, embora transitórios, permitiram que fossem contornadas dificuldades de pessoal e de verbas, e foi introduzida uma filosofia de trabalho até então inexistente. Porque, como relata Elza Rodrigues Martins[4], "a discussão a respeito de uma filosofia da educação só se fez a partir de Anísio Teixeira. Dentro da faculdade – eu era do Inep e da antiga Nacional de Filosofia, – sentia que nunca houve a preocupação de estabelecer pressupostos para uma educação brasileira, que por sua vez estava muito presa à filosofia geral do governo. Com Anísio Teixeira, a consciência da necessidade de traçar uma filosofia para a educação brasileira ficou muito viva. Nas faculdades padecíamos de todo o mal que caracterizava e ainda caracteriza o ensino superior brasileiro. Tínhamos um Curso de Pedagogia com disciplinas que se superpunham sem qualquer consciência de departamentalização, sem qualquer presença de uma consciência crítica a respeito da educação brasileira. No Inep essa consciência existia, a de que só através do conhecimento, do levantamento, e do diagnóstico de uma situação é que nós poderíamos encontrar uma solução. Não sentia essa preocupação nem condições para que tal propósito viesse a existir na Faculdade de Filosofia, pelo menos na do Rio de Janeiro. Porque essa é uma programação muito difícil, em termos de pessoal e de recursos, e a nossa Faculdade de Filosofia era formada por cerca de 20 cursos diferentes, nenhum deles com condições de promover pesquisas". "No Inep, por sua vez, se existia a preocupação, não havia a possibilidade de fazer pesquisa em ampla extensão. As dificuldades de pessoal e verbas eram enormes. Algumas vezes foram contornadas com a criação de mecanismos que, embora transitórios, permitiram ao órgão outra perspectiva no tocante a pessoal, a material, a recursos. A administração Anísio Teixeira foi uma época de criação de campanhas, comissões, como a Caldeme e a Cileme, para o aperfeiçoamento do magistério elementar, entre outras funções. Essas comissões permitiam a vinda de pessoal para a assessoria, inclusive do estrangeiro, proporcionando uma autonomia que era impossível com os recursos habituais do serviço público, onde predominava a hegemonia dos setores meio sobre os serviços fins. Anísio Teixeira foi o grande construtor de uma nova filosofia de trabalho em um órgão técnico como o Inep".

Com relação ao que foi produzido, tanto a Cileme quanto a Caldeme podem ser consideradas campanhas bem sucedidas. Numa época em que havia pouca sistematização a respeito da educação, contribuíram para o conhecimento de problemas e encaminhamento de soluções. A Cileme publicou 10 livros e cerca de 30 estudos na sua área, e a Caldeme, além de reunir mais de 10 volumes sobre o ensino, princípios e métodos educacionais, iniciativa sem precedentes no Brasil, elaborou oito manuais para o ensino secundário.

Em fins de 1953 iniciou-se a organização do Centro de Documentação Pedagógi-

---

4 Entrevista, 10 de outubro de 1978.

ca, contando com sugestões feitas pelo técnico da Unesco, Herbert Coblans, cuja organização foi confiada a Zunes de Menezes Doria. O centro deveria sistematizar os trabalhos desenvolvidos pelas duas campanhas e por outros setores do Inep, garantindo a documentação e divulgação dos resultados obtidos. Na mesma época foi criada a Biblioteca Brasileira de Educação, de periodicidade semestral, continuando o trabalho iniciado por Lourenço Filho.

O CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Os planos de Anísio Teixeira eram ainda mais ambiciosos. Do seu ponto de vista era impossível estudar a educação brasileira e seus problemas sem levar em conta a realidade nacional. Para isso era necessário montar uma estrutura ainda inexistente no Brasil. Aproveitando seu bom relacionamento com os técnicos da Unesco, conseguiu com Wilhem Beatty, diretor do Departamento de Educação daquele órgão, que vinha ao Brasil estudar as possibilidades de instalação no Brasil de um Centro Latino-Americano de preparação de educadores rurais e especialistas em educação de base, que a Unesco co-patrocinasse um grande *survey* sobre a situação educacional brasileira. Esse *survey* deveria fornecer informações a partir das quais fosse possível planejar, em todos os níveis e graus de ensino, medidas de grande alcance visando à reconstrução educacional do país.

A idéia cresceu, e em agosto de 1953, Charles Wagley e Carl Withers, técnicos da Unesco, redigiram um relatório com sugestões sobre a organização e finalidades do levantamento planejado.

Em 1954, o projeto que vinha sendo intensamente discutido por educadores brasileiros e técnicos da Unesco, começou a tomar contornos mais nítidos. Não se pensava mais num *survey* mas numa instituição permanente que permitisse a realização de estudos sobre a educação no Brasil em bases sólidas. A Unesco tinha no projeto um interesse especial: funcionaria como um laboratório para toda a América Latina. Seria o "Centro de Altos Estudos Educacionais", que deveria, segundo o documento produzido por Anísio Teixeira, ter como objetivos:

"A — A pesquisa das condições culturais do Brasil em suas diversas regiões, das tendências de desenvolvimento e de regressão e das origens dessas condições e forças — visando a uma interpretação regional do país tão exata e tão dinâmica quanto possível.

A[1] — A formulação de uma política institucional, especialmente de referência à educação, capaz de orientar aquelas condições e tendências no sentido de desenvolvimento desejável de cada região do país.

B — A pesquisa das condições escolares do Brasil, em suas diversas regiões, por meio do levantamento dos seus recursos em administração, aparelhamento, professores, métodos e conteúdo de ensino, visando apurar até quanto a escola está satisfazendo as suas funções em uma sociedade em mudança para o tipo urbano e industrial de civilização democrática, e até quando está dificultando essa mudança, com a manutenção dos objetivos apenas alargados da sociedade em desaparecimento.

C — À luz da política institucional formulada pela pesquisa antropo-social e das verificações da pesquisa educacional: 1) elaborar planos, recomendações e suges-

tões para a reconstrução educacional de cada região do país, no nível primário, rural e urbano, secundário e normal, superior e de educação de adultos; 2) elaborar, baseados nos fatos apurados e inspirados na política adotada, livros de texto de administração escolar, de construção de currículo, de psicologia educacional, de filosofia da educação, de medidas escolares, de preparo de mestres, etc.

D — Conjuntamente com esse trabalho de pesquisa, interpretação e elaboração de material pedagógico e, por meio dele, o centro treinará administradores e especialistas em educação para lotar os Centros Regionais de Estudos Pedagógicos que estão sendo criados nos estados, ligados ao *master-center* do Rio de Janeiro, e, se possível, os próprios departamentos de educação das Escolas de Filosofia das universidades brasileiras".

Foi a partir desse documento, que já registra a preocupação de Anísio Teixeira com a formação de quadros para enfrentar adequadamente o problema da educação no Brasil, que foram recrutados os membros da equipe que seria enviada pela Unesco. Bertran Hutchinson, sociólogo britânico, e Oto Klinemberg foram os primeiros a vir, atendendo à convocação de Anísio Teixeira, com quem já tinham trabalhado em outras oportunidades. Oto Klinemberg foi quem propôs, em bases mais concretas, no que ficou conhecido como "Documento Klinemberg", um esquema dos objetivos e da organização do centro. Foi ele também que sugeriu a mudança do nome "Centro de Altos Estudos Educacionais" para "Centro de Pesquisas Educacionais".

O "Documento Klinemberg" — conjunto de 5 memorandos — foi a tentativa de sistematizar num esquema concreto e operativo tudo o que o grupo de técnicos brasileiros e da Unesco vinha discutindo há mais de 2 anos. A tônica do documento é a urgência do conhecimento "das necessidades e exigências do povo brasileiro, nos vários níveis sociais, econômicos e educacionais, e nas várias regiões geográficas".

Preocupa-se também com o problema da divulgação dos resultados dos estudos e pesquisas do centro: "Uma das principais tarefas do centro será a de comunicar aos professores de todo o país os resultados de pesquisas importantes em ciências sociais, relativas ao passado e ao presente. O material concernente ao Brasil em geral e às suas regiões deverá ser organizado de modo a poder ser utilizado pelos professores, que poderão assim obter, sem dificuldades, informações relativas a zona em que servem".

Klinemberg sugere as vantagens que adviriam de um trabalho sério de pesquisa e divulgação: 1) conhecimento mais profundo da vida e da cultura do Brasil; de fato, provavelmente, melhor conhecimento da cultura do Brasil do que qualquer outro país; 2) maior contato entre os estudiosos brasileiros e os educadores e especialistas em ciências sociais de outros países; 3) melhoramento dos métodos de pesquisa e preparação dos educadores e especialistas brasileiros em ciências sociais; 4) comunicação aos professores de todo o país de melhor conhecimento da cultura do Brasil em geral, assim como de regiões específicas; 5) desenvolvimento em novas direções da aplicação das ciências sociais aos problemas educacionais; 6) estabelecimento de um padrão para o melhoramento de um sistema educacional, que pode ter aplicação em outros sistemas além do Brasil, e a criação de um modelo que poderá efetuar contato mais íntimo e proveitoso entre a educação e as ciências sociais".

Num momento em que as ciências sociais no Brasil, com exceção da Universidade de São Paulo, não tinham um *locus* institucional onde pudessem se desenvolver, não apenas como disciplinas acadêmicas mas como instrumento de compreensão e modificação do real, o projeto da criação do CBPE vinha preencher essa lacuna, e acenar com possibilidades até então impensáveis. Klinemberg demonstra estar consciente das dificuldades que deveriam ser enfrentadas.

"Isso, a nosso ver, constitui um programa que se pode aspirar para o centro. Até onde ele poderá ser realizado, dependerá dos recursos disponíveis e do pessoal". Sugere portanto que se obtenha a melhor categoria possível de pessoal, tanto brasileiro como estrangeiro, e admiti-lo sempre que possível em tempo integral.

Fugindo do velho modelo brasileiro dos "bicos", em que o pesquisador se vê obrigado a pulverizar a sua atenção, trabalhando em vários lugares para somar um salário que lhe permita viver, essa equipe coesa deveria, em regime de dedicação exclusiva, desenvolver não pesquisas isoladas, mas um trabalho integrado e coordenado, fugindo do individualismo.

Klinemberg voltou para a Unesco e pouco depois chegou Charles Wagley da Universidade de Columbia, que já colaborara com Anísio Teixeira na organização da Capes. Ele e J. Roberto Moreira iniciaram a fase de implantação do CBPE: instalação na nova sede, planejamento das primeiras pesquisas, organização dos serviços administrativos e bibliotecas e, finalmente, o recrutamento dos primeiros cientistas que iriam colaborar com o centro.

Qual o critério que presidiu essa escolha? Voltando ao depoimento de Darcy Ribeiro, "um dos problemas da educação é que é muito difícil atrair gente inteligente para se ocupar com problemas de criança da escola primária, ou do jovem da Escola Normal . . ." "Quando Anísio criou o CBPE, seu objetivo era ter um comando fora do Ministério dedicado aos problemas da educação e vinculado à universidade, à intelectualidade e também ao magistério. Foi a tentativa de interessar a intelectualidade brasileira nos problemas da educação, coisa que não tinha acontecido até então. A intenção era dar à educação o mesmo interesse, o mesmo critério de orientação científica que se dá à medicina, e também fazer com que a universidade, que havia incorporado por causa da tradição francesa a problemática da saúde, incorporasse a problemática da educação. Nas universidades o que havia com relação à educação era uma neblina pedagógica: os cursos de didática, de pedagogia, eram cursos frouxos, não eram nada. A intenção de Anísio era subverter isso . . ." "O CBPE deveria estar articulado aos centros regionais — que deveriam ter sempre uma grande biblioteca e uma escola experimental — que deveriam articular-se com a intelectualidade local, para fazer o encontro dos educadores com os intelectuais e do ministério com a universidade. Pretendia-se promover pesquisas que permitissem fazer um diagnóstico da situação da educação, estudos sociais e culturais, e experimentação educacional para criar modelos de escolas multiplicáveis para quando o Brasil quisesse dar uma saída ao problema da educação, e criar material didático".

Numa das primeiras reuniões do período de organização em 18/08/1955, estiveram reunidos educadores e cientistas sociais que responderam ao apelo de Anísio Teixeira: Fernando de Azevedo, Almeida Junior, J. Roberto Moreira, Charles Wagley, Mário de Brito, Jaime Abreu, Luís de Castro Faria, Antonio Cândido de

Mello e Souza, José Bonifácio Rodrigues, Lourival Gomes Machado, Bertram Hutchinson, Florestan Fernandes, Egon Schaden, L. A. Costa Pinto e Henri Laurentie, este representante da assistência técnica da ONU. Mais uma vez foi enfatizada a necessidade de estabelecer uma intensa colaboração entre educadores e cientistas sociais, entre especialistas do Rio e de São Paulo e de outros núcleos estaduais, e entre especialistas estrangeiros visitantes e técnicos brasileiros.

Elza Nascimento Alves, que acompanhou o processo de gestação do CBPE, assinala que "antes da criação do CBPE passaram-se meses de discussão. Discussão de elaboração. Procurava-se dar um sentido novo à área da educação, que era muito isolada. Pretendia-se chegar a um quadro que não tivesse um caráter apenas pedagógico ou psicológico. Porque até então a educação estava ligada apenas à psicologia. No Inep, principalmente, porque Lourenço Filho era psicólogo e toda a ênfase da sua administração foi em educação e psicologia, toda a pesquisa feita foi de caráter psicológico ou pedagógico. Anísio Teixeira veio com uma concepção mais ampla. Queria unir educação e ciência social. Para se chegar a um esquema organizacional, conceitual, de como essas duas coisas poderiam trabalhar juntas, e de como a educação necessitava de conhecimento sobre o contexto social para ser realmente autêntica, adequada ao país. A discussão levou muito tempo, porque se tinha que elaborar uma coisa completamente nova".

Os primeiros estudos já estavam sendo feitos quando o centro foi oficialmente instituído em 28/12/1955, pelo Decreto nº 38.460.

Eram os seguintes: análise sobre o que os estudos de comunidade já efetuados no Brasil esclarecem a respeito do processo educativo nas comunidades estudadas, por Josideth Gomes; estudo sobre estratificação social no Brasil, e levantamento de bibliografia nacional de interesse sobre o assunto, por L. A. Costa Pinto e Valdomiro Bazzarella; aproveitamento de questionários anteriormente preenchidos sobre uma amostra de estabelecimento de ensino no Estado do Rio de Janeiro, por J. Bonifácio Rodrigues; estudo sobre o funcionamento de 5 escolas primárias em Blumenau, por Orlando Ferreira de Melo; estudos sobre mobilidade social em São Paulo, por Bertram Hutchinson; estudo sobre assimilação de imigrantes italianos em São Paulo, e pequeno *survey* sobre as manifestações de fanatismo religioso em Malacacheta, por Carlos Castaldi; estudo sobre relações étnicas ao sul do Brasil, por Florestan Fernandes, entre outros.

Ao decreto de criação do centro está acoplado o "Plano de Organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais" dividido em 4 temas: fins e objetivos, organização geral, atribuições da direção do programa, do pessoal e suas atribuições.

Esse plano é um documento extremamente bem feito e meticuloso, que descreve uma organização que pode ser pensada como "perfeita". Seus objetivos são ambiciosos mas não irreais. Ele pretendia, basicamente, promover a pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, tendo em vista a elaboração gradual de uma política educacional para o país; elaborar planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país — em cada região — nos níveis primário, médio e superior, e no setor de educação de adultos; elaborar livros-fonte e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia de educação,

medidas escolares e de qualquer outro material que concorra para o aperfeiçoamento do magistério nacional; treinar e aperfeiçoar administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escolas normais e primárias.

Para atingir essas metas seriam adotadas as seguintes normas: análise do processo de desenvolvimento que vem afetando a sociedade brasileira como um todo, embora com intensidade variável nas diferentes regiões do país; contribuição dos estudiosos de educação e ciências sociais para estabelecer as diretrizes de uma política educacional; consideração das relações dinâmicas entre educação e sociedade que vão ser analisadas como processo; a educação deve ser encarada como um dos fatores que podem acelerar, corrigir ou equilibrar o desenvolvimento da sociedade brasileira. Nesse sentido a escola deve ser uma agência de transmissão do patrimônio cultural nacional a todos os brasileiros; a pesquisa em ciências sociais, realizada dentro do centro, deve subordinar-se em princípio aos interesses e objetivos da ação educacional; a pesquisa em ciências sociais deve ser explorada amplamente, para que seja possível obter conhecimentos positivos sobre as condições de existência e as exigências de desenvolvimento econômico social e cultural das diversas regiões do país; os resultados da pesquisa em ciências sociais e da pesquisa educacional servirão para elaborar os fundamentos da política educacional, ou de orientação para reformas específicas, ou programas restritos de alteração do sistema educacional; o estudo de organização da escola, nos diversos níveis, se fará tendo em vista ajustá-lo às descobertas da investigação científica e às necessidades do meio social ambiente.

Como funcionou o CBPE na prática?

O primeiro problema que teve que ser enfrentado por Anísio Teixeira e sua equipe foi a oposição existente dentro do próprio Inep. Alguns técnicos satisfeitos, ou pelo menos não insatisfeitos, com o regime que vigorava, opuseram-se frontalmente à criação do CBPE, afirmando que a nova estrutura iria apenas reproduzir o Inep, crítica que não deixava de ser justa, porque formalmente isso acontecia. Mas, mais uma vez utilizando o testemunho de Darcy Ribeiro, "a idéia de Anísio Teixeira era criar algo exatamente para complementar o Inep, que exercia funções que tinham que continuar. Até então, em detrimento da pesquisa, fizera prédios de escolas, campanhas de alfabetização e convênios com os estados, financiando a formação das professoras primárias. Isso estava sendo feito e bem feito, e deveria continuar e continuou. Ao lado disso tentou montar uma grande máquina de ciências sociais, de intelectuais tratando da problemática da educação".

Outro grupo que resistiu foi o de pedagogos que pensavam a educação num sentido bem estreito. Consideravam desnecessário investigar as condições sociais antes de planejar novos modelos educativos ou modificar os antigos. Segundo Regina Helena Tavares, que trabalhou no Inep desde 1952 e no CBPE até seu fechamento, sendo sua diretora de 1975 a 1976, essa resistência, de maneira geral, foi quebrada. A maioria dos técnicos do Inep se rendeu inteiramente às novas idéias, e passou a trabalhar em conjunto, a participar, a colaborar com o novo grupo coordenado por Darcy Ribeiro.

O Decreto nº 38.460 instituiu o CBPE que foi sediado no Rio de Janeiro, e funcionava num prédio da Rua Voluntários da Pátria, e 5 centros regionais: Pernam-

buco, dirigido por Gilberto Freire; Bahia, por Carmem Spínola Teixeira; Minas, por Abgar Renault; São Paulo, por Fernando de Azevedo, e Rio Grande do Sul, por Eloah Ribeiro Kunz. Cada um dos centros tinha 4 divisões: Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, Divisão de Documentação e Informação Pedagógica, Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério.

A produção nos centros regionais foi muito desigual, tanto se compararmos um com outro, quanto se observarmos diversos momentos de um mesmo centro. O que menos produziu foi o do Rio Grande do Sul. O de Pernambuco teve uma boa fase, quando foi dirigido por Gilberto Freire. Promoveu uma série de pesquisas, principalmente na Zona da Mata, coordenada por Levy Cruz, sociólogo recém-chegado dos Estados Unidos, onde fizera o doutoramento. Publicava uma revista – *Cadernos Região e Educação*, e previa-se, coisa que não chegou a ser feita, a absorção de um grupo de cientistas sociais locais que estava fazendo pós-graduação no exterior.

O Centro Regional da Bahia destacou-se pela experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro como escola experimental. Era um sonho antigo de Anísio Teixeira, da época do governo Otavio Mangabeira, que foi concretizado através do Inep. Localizado num bairro proletário – Liberdade – funcionava em regime de tempo integral, e com professorado especializado. Seria, na opinião de Darcy Ribeiro, a escola capaz de subverter o modelo educacional brasileiro: "a escola brasileira está feita para o menino de classe média, cujos pais têm educação primária completa e que tem alguém em casa disponível para estudar duas ou três horas com ele. Portanto, é uma mentira dizer que essa escola é para o povo, porque o povo vai para ser reprovado. No Brasil nunca houve educação popular. Anísio Teixeira começou a fazer uma coisa que muita gente condenou como cara, porque no Brasil a prioridade é para viadutos" . . . "No Centro Educacional Carneiro Ribeiro quanto mais atrasada a criança, mais treinada a professora. Dava-se também complemento alimentar, não apenas para matar a fome, mas para permitir um desenvolvimento saudável. Havia acompanhamento médico permanente . . ."

Em São Paulo, o centro regional trabalhou em estreita colaboração com a Universidade de São Paulo, o que lhe permitiu assimilar o prestígio com que a universidade já contava. O primeiro prédio do campus da USP foi construído pelo CRSP: destinava-se a ser um grande centro de estudos sobre a educação elementar, promovendo não só pesquisas como cursos de aperfeiçoamento para as professoras primárias do interior. Para isso oferecia inclusive condições de hospedagem. Chegou a ter uma excelente biblioteca pedagógica, publicou a revista *Pesquisa e Planejamento* onde saíram os primeiros levantamentos sobre ensino primário no município da capital, ensino secundário oficial e ensino normal oficial e particular.

O Centro Regional de Minas Gerais foi dirigido sucessivamente por Mário Casassanta e Abgar Renault. Promoveu cursos de francês e inglês para professores do ensino secundário e fez pesquisas sobre vocabulário e pensamento lógico nas escolas de Belo Horizonte.

O Rio Grande do Sul desenvolveu pesquisas sobre livros-texto de leitura, e promoveu estudos para a adaptação de testes de inteligência e aptidão às condições locais. Traçou também um plano de diagnose educacional aplicada à ortografia.

Os diretores dos centros regionais reuniam-se periodicamente numa comissão consultiva formada por eles, pelo diretor do Inep e o pessoal técnico. O objetivo dessas reuniões era buscar uma certa homogeneidade nos projetos e permitir o acompanhamento não só dos trabalhos que estavam sendo feitos, mas do tipo de preocupação que centralizava as atenções dos educadores de cada região. Mas, o que aconteceu na realidade foi que nos centros regionais a falta de pessoal, somada à falta de recursos, fez com que houvesse sempre hipertrofia de uma divisão em detrimento das outras.

Quanto ao Centro do Rio de Janeiro, é importante aprofundar mais a sua história; dirigido pessoalmente por Anísio Teixeira, tinha Darcy Ribeiro à frente da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, Jaime Abreu na Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, Elza Rodrigues Martins na Divisão de Documentação e Informação Pedagógica e Lucia Pinheiro na Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério. Como se organizou cada uma dessas divisões?

A BIBLIOTECA DO CBPE

Comecemos pela Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP) que, segundo o Plano de Organização do CBPE e dos centros regionais, deveria desenvolver as seguintes atividades: 1) documentação relativa às necessidades dos estudos e pesquisas desenvolvidas pelas diferentes divisões; 2) Biblioteca da Educação, de Ciências Sociais, e demais ciências fontes da educação, cumprindo-lhe ainda manter a mais completa Brasiliana que for possível; 3) cadastro bibliográfico e de instituições educacionais, de educadores e educacionistas; 4) informação, intercâmbio e divulgação; 5) publicações; 6) Museu Pedagógico, destinado a demonstrar a evolução das doutrinas, práticas educacionais, material de ensino, especialmente em relação ao país, cabendo-lhe ainda manter filmoteca, discoteca, arquivo de fotografias e gravuras. A filmoteca, parte do serviço audiovisual, propunha-se a prestar auxílio às escolas através do empréstimo de filmes e *slides*, projeções didáticas para professores na própria sede do CBPE, e à elaboração de *slides*, salientando-se a coleção "Tipos e aspectos do Brasil", feita em colaboração com o IBGE.

A grande realização da DDIP, foi a organização da biblioteca, que chegou a ter mais de 70 mil volumes e 1.800 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros. Aberta a qualquer pesquisador, com serviços de apoio extremamente eficientes, teve um papel importante no Rio de Janeiro como centro de estudos de educação e de ciências sociais, mesmo para os que não pertenciam aos quadros da instituição. Foi considerada a melhor biblioteca especializada em educação e ciências sociais de todo o país.

Reuniu também uma extensa Brasiliana, com objetivo de permitir o estudo de todos os aspectos da cultura brasileira. O setor didático pedagógico continha toda a informação básica e bibliografia internacional sobre educação, coleções de livros didáticos utilizados nas escolas brasileiras e em países com os quais tínhamos vínculos culturais e que poderiam servir como referência.

A organização dessa biblioteca ficou a cargo de um grupo misto de biblioteconomistas e educadores, que contavam com o auxílio dos técnicos da Unesco — prin-

cipalmente Hutchinson e Wagley, que ajudaram na seleção do que deveria constituir a base das coleções.

Embora a DDIP tenha sempre sido lembrada pela qualidade da sua biblioteca, desenvolveu uma série de outras atividades. O nº 15 da revista *Educação e Ciências Sociais* (setembro 1960) informa que até aquele momento, isto é, em 5 anos, a divisão tinha distribuído 450.000 livros a bibliotecas e instituições educacionais, sendo que 90.000 de janeiro a setembro daquele ano. Refere-se também à colocação de 30 aparelhos de projeção cinematográfica, 200 laboratórios de química e 200 de física, 400 unidades didáticas de física, química e biologia.

Um arquivo fotográfico, que pretendia abrir-se para todos os aspectos da vida brasileira, mas com ênfase especial nos aspectos educacionais, já contava naquele momento com 4.600 negativos.

Através de um trabalho cotidiano em que distribuiu pelo país inteiro comunicações, estudos, livros didáticos importantes para a elevação do nível do professor brasileiro, a DDIP exerceu um papel fundamental não só na divulgação das pesquisas e experimentos realizados no CBPE e nas suas escolas experimentais, através da revista do Inep, *Educação e Ciências Sociais*, como na distribuição de livros didáticos de boa qualidade. É importante assinalar o papel inovador e de divulgação de idéias e experiências educacionais exercido por estas revistas, sobretudo a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, publicada com continuidade desde a sua fundação.

ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS

A Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, até pelo fato de ser uma experiência inédita, recebeu uma grande dose de atenção. Quando foi chamado para dirigi-la, Darcy Ribeiro era o coordenador do primeiro curso sistemático para etnólogos e antropólogos no Museu do Índio. Sua experiência era basicamente com sociedades tribais. Atraído pelo projeto de Anísio Teixeira, organizou no CBPE o que pode ser considerado o primeiro curso de pós-graduação brasileiro em ciências sociais. Com um programa de 2 anos, em tempo integral, centrado na temática brasileira, ao fim dos quais o aluno deveria produzir uma monografia original, reuniu como professores cientistas que antes trabalhavam sem qualquer contato entre si: Oracy Nogueira, Jacques Lambert, Roberto Cardoso de Oliveira, Bertram Hutchinson. O curso iniciou-se com 15 alunos e formou 10 pesquisadores nos 2 anos em que funcionou.

Quanto ao programa de pesquisas, era extremamente ambicioso. Nas palavras do próprio Darcy Ribeiro, que participou intensamente da sua concepção, "era um programa duplo, em que tomamos 14 áreas brasileiras, 14 municípios típicos da Amazônia ao Rio Grande do Sul e estudamos a população rural e a população urbana, condições de vida e condições culturais, com o objetivo de publicar monografias sobre cada uma delas. Das 14, umas 4 chegaram a ser publicadas. Além dessas 14, havia mais umas 20 pesquisas do tipo social sobre urbanização, industrialização e educação. Nunca houve programa tão amplo na área das ciências sociais. Essas pesquisas todas, se tivessem tido continuidade, formariam uma biblioteca que teria sido a mais importante na área de ciências sociais no Brasil. Era um

"passar o Brasil a limpo". "Umas pesquisas eram de síntese — síntese do conhecimento existente num determinado campo; outras eram estudos de campo do tipo sociológico, sobre contraste rural/urbano nas cidades laboratório. Eram orientadas por Bertram Hutchinson, Florestan Fernandes ou por mim. Se essas pesquisas tivessem sido completadas, o Brasil passaria a ter uma biblioteca de ciências sociais como não tem até hoje. Além do mais, teria tido o efeito de voltar as ciências sociais brasileiras para a nossa temática, principalmente a que tem relevância social. Esse era o sentido que Anísio queria dar, e não impedir que alguém faça qualquer pesquisa que queira fazer, mas não facilitar, como veio a acontecer depois, que o cientista social brasileiro seja alguém cujo objetivo é colocar um ponto e vírgula em Levy Strauss. Se o programa tivesse tido continuidade, nós teríamos voltado uma grande quantidade de cabeças, gente de boa qualidade, para a temática da educação, que é a temática do conhecimento e da cultura brasileira".

". . . O que as pesquisas pretendiam era ver o que a antropologia, o que a sociologia podiam dizer ao educador. Não pretendíamos tomar o lugar do educador. Pretendíamos criar uma bibliografia de ciências sociais que aumentasse o grau de conhecimento do Brasil, supondo-se que, na medida em que se tivesse um maior conhecimento sobre a sociedade e a cultura brasileiras, o planejamento educacional seria melhor".

Nem tudo que estava previsto foi realizado. As razões foram várias. Há concordância entre os entrevistados quando enunciam algumas delas: a saída de Darcy Ribeiro para organizar e depois dirigir a Universidade de Brasília num momento em que ainda não tinha se formado uma liderança para substituí-lo; a mudança de governo (Juscelino/Jânio), com inevitáveis repercussões na política de verbas; o emperramento da máquina burocrática que dificultava a contratação de pessoal qualificado; os baixos salários que não retinham os técnicos e pesquisadores que já estivessem na instituição. Assim, alguns trabalhos não foram concluídos. Outros, concluídos, foram arquivados, por terem sido considerados insatisfatórios. Mas alguns, como os trabalhos de Bertram Hutchinson *(Mobilidade e trabalho)*, Oracy Nogueira *(Família e comunidade em Itapetinga)*, Manuel Diegues Junior *(Regiões culturais do Brasil)*, Jacques Lambert *(Os dois Brasis)*, Florestan Fernandes *(A integração do negro à sociedade de classes)*, Egon Chades *(O japonês e o alemão no Brasil)*, Eunice Durham *(Adaptação dos contingentes rurais nas metrópoles)* são considerados momentos importantes na literatura sociológica brasileira.

ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

A Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais era dirigida por Jaime Abreu, especialista em ensino médio, assessorado desde 1959 por Nadia Franco da Cunha.

Jaime Abreu foi um educador preocupado com os aspectos econômicos do ensino. Promoveu uma série de inquéritos a respeito da economia, da educação, seus custos, possibilidades e tempo de retorno. Foram feitas também análises de currículos e estimuladas classes experimentais em busca de melhores modelos para o nível médio.

Segundo Nadia Franco da Cunha, um dos aspectos mais satisfatórios do trabalho

na Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais foi o aproveitamento das pesquisas feitas, tanto pelos órgãos deliberativos e executivos do Ministério da Educação e Cultura quanto por outras instituições ligadas à educação pública ou privadas (Secretaria de Educação, Faculdade de Pedagogia, etc.). A equipe sempre procurou divulgar o que fazia, encaminhando para os possíveis consumidores os inquéritos e pesquisas realizadas. A divisão recebia constantemente pedidos de informação vindos tanto do Brasil quanto do exterior. O intercâmbio com a Unesco, com o Instituto de Pesquisas de Paris, com a OEA era intenso: trocavam-se trabalhos, respondiam-se questionários.

O terceiro setor que se dedicou à pesquisa no CBPE foi a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, dirigida por Lúcia Pinheiro. Originariamente essa divisão deveria promover cursos e estágios para o magistério responsável pela formação de professores primários, ou seja, das escolas normais e dos cursos de Pedagogia. Começou a fazer pesquisas que interessassem à sua área por sugestão de Jaime Abreu.

A Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério recebia pessoas de todo o Brasil em busca de formação, aperfeiçoamento e novas técnicas. A necessidade de ter uma escola onde essas novas técnicas fossem postas a prova antes de serem divulgadas levou o Inep a pedir à Secretaria da Educação do então Distrito Federal a concessão da Escola Guatemala, recém-inaugurada no Bairro de Fátima, para ser a sua Escola Experimental. Segundo Elza Rodrigues Martins, a Escola Guatemala foi um grande laboratório de ensaio de métodos e processos de ensino, de avaliação, de tentativa de busca de melhores soluções para a educação brasileira. Professores de todo o Brasil vinham fazer estágios, observar. De volta aos seus estados tornavam-se focos de efeito multiplicador, dentro das próprias secretarias de educação. Esse trabalho foi documentado em 6 filmes relativos a atividades de classe, que deveriam ser utilizados no processo de implantação da reforma do ensino de 1º grau.

Lúcia Pinheiro procurou, como coordenadora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, desenvolver um tipo de pesquisa que estivesse intimamente vinculada à problemática vivida pela professora primária. Por essa razão a grande maioria dos trabalhos da sua divisão referiu-se à 1ª série. A 1ª série é o grande "fantasma" da educação elementar em função da altíssima taxa de repetência.

Por volta de 1960, quarenta e oito por cento das crianças matriculadas no curso primário estavam na 1ª série. E, somando-se as duas primeiras séries, chegava-se a 66%. A terceira série não contava mais do que 8% dos alunos. Para identificar as causas do problema foram feitas várias pesquisas, como por exemplo a respeito da formação das professoras primárias nas escolas normais de oito estados brasileiros; sobre a prática real do professor primário; e um estudo comparativo dos currículos das escolas primárias no Brasil, Suíça, França, Estados Unidos e Itália. A cada pesquisa concluída correspondia uma pequena publicação que, distribuída pelo maior número possível de escolas no país, divulgasse não só o que tinha sido observado, como também sugestões para, senão resolver, pelo menos encaminhar o problema.

Na concepção original do CBPE essas três divisões deveriam trabalhar em íntimo contato. Mas na verdade isso não aconteceu, a não ser no período "áureo"

do CBPE: de 1956 a 1960. E se isso aconteceu não foi em função do tipo de organização existente, mas na liderança pessoal de Anísio Teixeira que funcionava como um mediador entre as três divisões, promovendo reuniões, estimulando a discussão. Foi uma época em que o Inep, segundo várias pessoas que viveram a experiência, deixou de ser uma repartição pública para ser o local onde se debatiam os principais temas ligados à problemática educacional brasileira, em todos os seus níveis. Desses debates participavam não só os técnicos do instituto, como cientistas sociais como Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Arthur Gianotti, Florestan Fernandes que trouxeram importantes contribuições ao grupo e desempenharam um papel relevante na difusão das idéias ali surgidas.

É interessante o depoimento de Elza Nascimento Alves sobre o clima dessa época:

"No período de Anísio Teixeira o Inep era um verdadeiro cadinho de idéias. E a concepção que se tinha naquela época de pesquisa era o que hoje em dia se chama "sistêmica". Não se pensava em pesquisas isoladas. Hoje em dia nem as universidades têm essa visão: não há um planejamento, uma concepção sistêmica. E na época de Anísio Teixeira houve. O que se fez foi um planejamento integrado. Tínhamos um esquema de referências ao qual as pesquisas se vinculavam: Brasil urbano/Brasil rural. Era todo um quadro de pesquisas sociais para subsidiar, para dar sentido à pesquisa educacional. Acho que nem as universidades nem o ministério conseguiram retomar essa concepção de pesquisa dentro de um quadro referencial mais completo e mais integrado. Além do mais, havia todo um clima, todo um quadro de debate, de fermentação intelectual. Sentia-se um ambiente absolutamente técnico. Não havia o conceito de autoridade pelo cargo. Quando o grupo se reunia para discutir alguma coisa, era a autoridade de quem sabia mais um assunto, de quem tinha mais experiência na área que contava. Era uma coisa *suí generis*, que nunca vi em lugar nenhum".

Dois grandes debates marcaram esse período: o primeiro, em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e o segundo, da organização da Universidade de Brasília.

A LEI DE DIRETRIZES E BASES

O projeto para uma lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi enviado ao Congresso pelo ministro Clemente Mariani em 28/10/1948, atendendo a uma determinação da Constituição Federal de 1946. Elaborada por uma comissão da qual fizeram parte Lourenço Filho como presidente, Pedro Calmon como vice-presidente e presidente da Subcomissão do Ensino Superior, Fernando de Azevedo como presidente da Subcomissão de Ensino Médio, Antonio Almeida Junior como presidente da Subcomissão de Ensino Primário e uma série de outros educadores entre os quais o padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima, Antonio Carneiro Leão e Celso Kelly, era uma lei cuja principal característica era o seu caráter evolutivo. Pretendia dar à educação uma organização que a livrasse de reformas espasmódicas, que permitisse uma evolução natural, sem tornar necessária uma reforma atrás da outra.

Segundo Anísio Teixeira suas grandes linhas seriam:

"1. Unidade da educação brasileira — toda a educação brasileira, em todos os

seus níveis e ramos, terá diretrizes e bases comuns, constituindo um sistema contínuo, diversificado e uno, a ser executado por particulares e pelos poderes públicos, sob a administração dos Estados e a supervisão discreta, mas eficaz, do governo federal.

2. Divisão de competências: os sistemas estaduais de educação representam os corpos — também eles próprios diversificados — componentes do supersistema completo e amplo da educação nacional, enquanto não se chega até o município, ao que tenderá o sistema, à medida que amadureça a experiência administrativa brasileira.

3. Poder supervisor e normativo da União — a União não perde nenhum dos seus poderes, que antes se ampliam, com a inclusão — pela primeira vez — do ensino primário dentro de sua órbita normativa. Seu poder se exercerá pela própria Lei de Diretrizes e Bases e por uma ação, extraordinária, nos casos de cassação e revisão de atos dos governos estaduais, e continua permanente, na ação supletiva, por meio da qual assistirá financeira e tecnicamente os governos dos Estados, exercendo, indiretamente, a mais profunda influência sobre o ensino que, de fato, se quiser, poderá dirigir, pela forma mais fecunda de direção, que é a de demonstração, do estímulo e da sugestão.

4. Flexibilidade, liberdade e descentralização — . . . os planos impostos de cima para baixo podem funcionar na ordem mecânica, e mesmo aí apresentam seus graves defeitos, nunca em sistemas vivos como os da educação. Temos de restabelecer uma linha de autonomia que unifique todos os tecidos do sistema educacional, desde o trabalho de classe até a ordem administrativa mais alta, não para se perder a unidade, mas para se conseguir a forma única de unidade, que não é prejudicial às instituições sociais vivas e dinâmicas: a unidade obtida pela emulação de meios e formas diversas com objetivos comuns e de que resultará uma consciência comum".

Durante dez anos a Lei de Diretrizes e Bases foi discutida no Congresso, sugeridas emendas, propostos substitutivos. Em todo esse período os técnicos do Inep, muitos dos quais já tinham assessorado os membros da comissão, participaram do debate, fornecendo dados, depondo na Comissão de Educação da Câmara.

Mas o momento em que a participação do Inep/CBPE se fez sentir com mais intensidade foi o da discussão do Substitutivo Lacerda, em 1959. Esse projeto, calcado no de 1948, apresentava uma série de modificações que desvirtuaram o seu sentido original. A principal delas era o uso de verbas públicas para subsidiar a escola privada, em nome do "direito fundamental da família de promover a educação dos seus filhos e acompanhá-la de perto". O campo definiu-se entre os defensores da idéia de que a totalidade dos recursos do Estado deveria ir para a escola pública e os que insistiam em que a escola particular deveria ser subsidiada. O clero católico liderava a corrente ligada ao ensino privado que defendia a canalização dos recursos para a escola particular. É importante assinalar que um grupo religioso e ligado ao ensino privado não entrou no processo de hostilização a Anísio Teixeira: os educadores metodistas, que no Rio mantinham o Colégio Bennett. Foi nesse contexto que surgiu o memorial dos bispos gaúchos protestando contra a presença de Anísio Teixeira na Capes e no Inep. Hermes Lima diz que, "na opinião dos bispos, Anísio estaria envenenando e destruindo a família e

preparando a revolução socialista na sociedade brasileira"[5]. Pouco depois, em julho, com a ratificação, pela IV Reunião Ordinária da Conferência dos Bispos do Brasil, da posição defendida pelo arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, criou-se uma crise política que quase resultou na saída de Anísio Teixeira dos órgãos que dirigia. Depõe Darcy Ribeiro, que teve um papel importante na situação:

"Foi nessa época que houve um memorial dos bispos do Rio Grande do Sul, acusando Anísio de estar comunizando o Brasil por ter criado o CBPE. Juscelino deu a cabeça de Anísio para os padres. Clovis Salgado chamou Anísio e pediu os cargos. Anísio entregou. À tarde, eu declarei que ele não tinha pedido demissão e escrevi um artigo, com Almir de Castro, e Tude de Souza – foi o único artigo de Anísio que ele não escreveu: *Sou contra – 10 coisas e Sou a Favor – 10 coisas.* A reação nacional foi tão grande que saíram 70 editoriais de jornal defendendo Anísio. Juscelino voltou atrás, pediu desculpas e apelou para que ele ficasse. Nós ganhamos. Naquele momento a Igreja era contra a educação do povo, pela educação da elite. A reivindicação que faziam era que na nova lei das Diretrizes e Bases o dinheiro fosse destinado à educação privada. Nós não éramos contra a educação privada, desde que ela se pagasse. Éramos contra que o pouco dinheiro que havia disponível para a educação popular fosse dado a gente rica. A posição da Igreja hoje está totalmente modificada".

A superação da crise provocada pelo documento emitido pela Conferência dos Bispos não encerrou os debates em torno da Lei de Diretrizes e Bases, que continuaram intensos e envolvendo todos os setores ligados ao ensino. Não foi um debate que tenha ficado restrito às publicações especializadas. Jornais e revistas participaram, abrindo espaço para os representantes das posições em jogo. Conta Elza Rodrigues Martins:

"A época do substitutivo Lacerda foi uma época muito efervescente. Reuniam-se no Inep muitas pessoas, por exemplo Paulo Duarte, da *Revista Anhembi*, Geraldo Bastos Silva, que era um profundo conhecedor do ensino médio, Roque Spencer Maciel de Barros, Laerte de Carvalho Ramos do Centro Regional de São Paulo, Joel Martins, Renato Jardim, Roberto Moreira, todos defendendo uma linha de participação e de verbas públicas para a instrução pública. Toda essa discussão está documentada em um número especial da Revista do Inep. Foi um período muito vivo, muito efervescente para o Inep. A Lei de Diretrizes e Bases, por ser uma primeira lei formulando um plano orgânico, continha a educação brasileira sob todos os aspectos, em todos os graus, em todos os ramos. O Inep tinha uma equipe numerosa, capaz de questionar com pertinência sobre qualquer aspecto da lei".

O testemunho de Darcy Ribeiro complementa o de Elza Rodrigues Martins, quanto ao papel dinamizador do Inep/CBPE na discussão:

"A luta pela escola pública na batalha pela Lei de Diretrizes e Bases foi toda orientada por nós, do CBPE. Uma das suas conseqüências foi atrair Florestan Fernandes, que era um cientista que escrevia sobre a organização social dos Tupi-

---

[5] *Anísio Teixeira, Estadista da Educação*, p. 161.

nambás, ou a guerra entre os Tupinambás, para a tarefa da educação, foi um m do de chamá-lo para a realidade brasileira. Isso foi bom num momento em que s discutia a escola pública, em cuja defesa Florestan cresceu como líder. Dificilmente isso teria acontecido se não fosse Anísio, se não fosse o CBPE".

A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O planejamento e organização da Universidade de Brasília foi outro tema que envolveu de maneira oficiosa o Inep/CBPE. Em *UnB: invenção e descaminho*[6] Darcy Ribeiro diz que a UnB "foi e é o projeto mais ambicioso da intelectualidade brasileira. Efetivamente, de 1959 a 1961 a criação da UnB foi a questão cultural mais séria, mais desafiante e mais empolgante que se colocou diante da intelectualidade do país, que a via como sua meta e sua causa".

O plano de estruturação da universidade foi oficialmente coordenado por uma comissão especial nomeada pelo presidente Kubitscheck, composta por Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer e Cyro dos Anjos. Mas, como relata Darcy Ribeiro no livro citado, quando saiu o decreto nomeando a comissão, o planejamento já estava avançado, o que permitiu que fosse rapidamente publicado um documento que continha o plano para a nova universidade junto com uma avaliação redigida por diversos intelectuais. Essas discussões tinham se realizado no CBPE e concentravam as atenções de todas as pessoas ligadas ao ensino superior no Brasil. Resultaram num diagnóstico nada satisfatório das condições de funcionamento das universidades existentes, através da análise da universidade modelo — a Universidade do Brasil. Foi denunciada a rigidez de sua estrutura, centralista e autoritária, que tinha levado à instituição de um sistema cartorial que, burocratizando a educação superior brasileira, a conduziu a extremos de irresponsabilidade e de clientelismo. Graças a isso multiplicaram-se por todo o país escolas superiores degradadas e improvisadas, mas que atendiam às exigências do Ministério da Educação.

Rapidamente o campo dividiu-se entre os partidários da nova universidade e os que se opunham a ela, de maneira velada ou aberta. O modelo proposto opunha-se frontalmente à manutenção dos privilégios da cátedra e às formas vigentes de entrada e ascenção na carreira universitária, que tinham dificultado a formação de pessoal qualificado, e, como não podia deixar de ser, despertou uma série de hostilidades, que se revelaram em críticas técnicas e políticas.

A nova universidade deveria retomar e reavaliar duas experiências na área do ensino superior que, por razões diversas, tinham sido castradas: a da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, ambas fundadas na década de 30. A grande novidade que trouxeram foi pretender cobrir todos os campos do saber e da cultura — o que na época se chamava cultura desinteressada — sem uma preocupação imediatista com a sua aplicabilidade. Pretendeu-se também que não fossem apenas uma aglutinação das faculdades pré-existentes, como tinha sido o caso da Universidade do Rio de Janeiro. Para isso era necessária a existência de uma faculdade que articulasse todas as outras, estimulando o convívio univer-

---

6 Editora Avenir, Rio de Janeiro, 1978, p. 15.

sitário ao mesmo tempo que evitasse a duplicação de esforços: no caso da USP foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, na UDF, um complexo sistema de escolas e institutos ligados a centros de pesquisa e experimentação que deveriam cultivar e divulgar as ciências exatas e humanas.

O projeto para a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP foi desvirtuado pela resistência dos professores da Escola de Medicina, Engenharia e Direito que não aceitavam que as disciplinas básicas fossem dadas pela nova Faculdade, o que acabou por transformá-la numa outra escola profissional: passou a formar pesquisadores e professores secundários de ciências e letras. A UDF, por sua vez, foi esvaziada por razões políticas, depois que Anísio Teixeira, seu idealizador e alguns dos seus professores foram acusados de participarem de movimentos de contestação ao governo Vargas.

Na prática, os planejadores da Universidade de Brasília contavam quase que apenas com indicações negativas: como não deveria ser a nova universidade. Darcy Ribeiro assinala no seu depoimento que "só nos consola dessa estreiteza pensar que a própria carência teria, talvez, dado à Universidade de Brasília uma liberdade de se inventar que, provavelmente, seria tolhida em um país melhor servido por universidades que realizassem satisfatoriamente suas próprias ambições".

E como seria essa nova universidade?

Muitas das suas principais características decorreram do fato de não ser uma universidade qualquer, mas a Universidade de Brasília, nova capital do Brasil. Deveria, assim, cumprir uma série de papéis que em cidades como o Rio de Janeiro ou São Paulo seriam exercidas por outras instituições. Brasília, preocupavam-se os idealizadores da sua universidade, corria o risco de tornar-se uma cidade burocrática, provinciana. Assim, era necessário que fosse criado um centro de florescimento cultural e artístico, em que fossem estimuladas as letras e as artes. Era importante também que a universidade proporcionasse aos órgãos públicos toda a assessoria necessária, que em cidades já constituídas encontra-se com maior facilidade. Para cumprir esse papel era fundamental que tivesse a mais alta qualificação científica, aliada à liberdade docente e à autonomia acadêmica.

O terceiro objetivo da UnB seria o de tornar-se um núcleo de amadurecimento de consciência crítica nacional. Para isso deveria ser dada atenção especial ao corpo de professores "não só quanto à capacitação científica, mas quanto à posição ideológica".

O grupo que, no CBPE, em torno de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira concebeu a UnB era composto basicamente de pessoas ligadas à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Pretendiam, fundamentados na experiência da luta que mantinham há anos para implantar ou desenvolver a atividade científica nas universidades ou institutos em que trabalhavam, construir uma estrutura que, ao contrário das que existiam, estimulasse e não dificultasse a transformação do Brasil num país com um mínimo de autonomia científica. Darcy Ribeiro diz que "a verdadeira vocação da Universidade de Brasília — nela inculcada pela SBPC — era ser uma universidade completa que cobrisse, pela primeira vez em nossa história, todos e cada um dos campos do saber, com a capacidade de cultivá-lo, de aplicá-lo, de ensiná-lo. Expressávamos essa vocação dizendo e reiterando que a

UnB se devia a duas lealdades: a fidelidade aos padrões internacionais do saber e a busca de solução para os problemas nacionais"[7].

Para alcançar esses objetivos surgiu uma universidade organizada em torno de três componentes fundamentais: os institutos centrais de ciências, letras e artes, dedicados ao cultivo e ensino do saber fundamental, as faculdades profissionais, devotadas à pesquisa e ao ensino nas áreas das ciências aplicadas e das técnicas, e os órgãos complementares, que prestariam serviços à comunidade universitária e à cidade. Era um modelo inédito, que ao mesmo tempo que evitava duplicação de esforços, permitia que cada setor desenvolvesse ao máximo suas potencialidades, de forma complementar, do nível básico ao pós-graduado.

Outra preocupação do grupo que concebeu a Universidade de Brasília foi de livrá-la da burocracia do Ministério da Educação e Cultura. Para isso foi organizada como uma fundação, o que lhe permitia autonomia administrativa. Os recursos para a sua implantação e manutenção viriam de verbas orçamentárias e da renda de bens que lhe seriam doados pela União. Seria dirigida por um Conselho Diretor de seis membros, escolhidos originariamente pelo presidente da República, que elegeriam entre eles o reitor, e indicariam seus substitutos. No plano acadêmico, a UnB, se autodirigiria através da Câmara dos Docentes, dos Decanos e dos Estudantes. As atividades docentes seriam dirigidas por Congregações de Carreira que teriam como tarefa aprovar currículos e planos de estudos e fiscalizar sua execução. A vida quotidiana da UnB seria regida por pequenos colegiados, as mesas executivas, compostas pelo titular do instituto, faculdade ou departamentos, um representante dos professores e outro dos alunos.

O modelo proposto para a Universidade de Brasília não chegou a se realizar plenamente ali, por razões que são amplamente conhecidas. Mas, além de ter desencadeado uma das mais intensas discussões a respeito de como deveria ser a nova universidade brasileira, inspirou a criação ou reformulação de várias instituições na América Latina e na África.

APÓS ANÍSIO TEIXEIRA

Em 1964, com o fim do governo de João Goulart, Anísio Teixeira foi substituído na direção do Inep por Carlos Pasquale, educador paulista. Na chefia do CBPE ficou Péricles Madureira de Pinho, que fora por muitos anos seu diretor executivo e estava plenamente identificado com os pontos de vista de Anísio Teixeira. Carlos Pasquale não hostilizou a equipe que trabalhava com Anísio Teixeira, nem promoveu devassas administrativas, comuns na época. Quem tinha pesquisas em andamento — eram poucas — pôde continuá-las, mas sem grandes estímulos. Tinha seus projetos próprios que, se em linhas gerais não entravam em conflito com a orientação anterior, já estavam marcados pelas novas tendências que iriam ser dominantes a partir de 1964. No período em que Carlos Pasquale esteve a frente do Inep, foi realizado o censo escolar em todo o Brasil, retomaram-se as Conferências Nacionais de Educação, iniciaram-se os estudos e sugestões para a instituição do salário-educação (instituído em outubro de 1964) e instalaram-se

---

[7] *V. UnB — Invenção e Descaminho*, p. 87.

os Colóquios Estaduais para a Organização das Secretarias de Educação (Ceoses) que tratavam da organização dos sistemas de ensino e do Programa de Assistência Técnica em Educação aos Estados. Foi também iniciada a publicação do *Anuário Brasileiro de Educação* que pretendia acompanhar o movimento educacional brasileiro a partir de 1964 (foram publicados dois números).

A Carlos Pasquale seguiram-se Carlos Corrêa Mascaro, Guido Ivan de Carvalho e Walter de Toledo Piza (1966-1969, 1969-1970 e 1970-1972). Foram períodos em que o Inep se concentrou em suas funções burocráticas. Muitos técnicos saíram para trabalhar em outras instituições com melhores condições de trabalho ou remuneração. Algumas poucas iniciativas foram tomadas: a implantação de um sistema de assistência técnica aos Estados, realizado por um grupo de técnicos brasileiros e da Unesco, através dos Ceoses e a criação da Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Elementar (Eatep), resultado de um convênio entre o MEC, o Contap e a Usaid, constituído por seis educadores brasileiros e seis norte-americanos. Posteriormente o Eatep foi aglutinado aos Ceoses e ao Pate (Programa de Assistência Técnica em Educação, existente desde 1963), resultando no SAT – Serviço de Assistência Técnica.

Em 1º de fevereiro de 1972 assumiu a direção do Inep o coronel Ayrton de Carvalho Mattos. Sem nenhuma ligação anterior com a problemática de ensino, fora escolhido pelo ministro Passarinho por ser um administrador hábil e competente. Nas suas próprias palavras[8], o que definiu a sua indicação foi o fato de ser uma pessoa de fora da área, que poderia avaliar sem paixões a situação do Inep e tomar atitudes que, mesmo necessárias, desencadeariam obrigatoriamente insatisfações e protestos. Antes de tomar posse, entrou em contato com os técnicos do órgão que o auxiliaram a fazer um levantamento da situação existente, altamente insatisfatória: equipes insuficientes, salários baixos, pouca produtividade, principalmente nos centros regionais, desânimo, burocratização. Para o coronel Ayrton faltava ao Inep uma organização, um regimento que lhe permitisse funcionar independentemente de lideranças carismáticas:

"O Inep, no tempo de Anísio Teixeira, era um órgão de primeira grandeza, mas tudo se fazia exclusivamente em função da sua liderança pessoal. O Inep era Anísio Teixeira. O órgão não tinha estrutura formal, não tinha um regimento, enfim, não tinha uma organização que permitisse o seu funcionamento na ausência de Anísio. E foi justamente o que aconteceu com a saída de Anísio, seus sucessores não tinham a sua estatura, e o órgão foi definhando".

Uma vez elaborado o regimento, iniciou-se a tomada de uma série de medidas práticas: a primeira foi o fechamento dos centros regionais, considerados improdutivos há bastante tempo, ao mesmo tempo que se fortalecia o Centro Brasileiro (do Rio de Janeiro) através da constituição de grupos-tarefa, recurso permitido pela Reforma Administrativa e que possibilitou a contratação de pesquisadores para projetos específicos e melhor remuneração para os vinculados à instituição, submetidos às rígidas tabelas do Dasp.

A providência seguinte foi transformar o Inep num órgão de financiamento a

---

8 Entrevista, 20 de outubro de 1978.

pesquisas ligadas à educação. Com esse objetivo foram iniciados contatos com órgãos que fariam pesquisas educacionais. Pretendia-se levantar periodicamente, através de inquéritos entre os educadores ligados ao ministério, às secretarias e às universidades os temas de maior interesse para o campo e distribuí-los entre as instituições que realizavam pesquisas. O Inep financiaria essas instituições em regime de prestação de serviço, e ao CBPE ficariam reservadas duas atribuições: realizar as pesquisas consideradas indispensáveis mas não escolhidas voluntariamente por qualquer das outras instituições, e funcionar como assessoria técnica para auxiliar e avaliar o andamento e a qualidade das pesquisas externas.

Na concepção do coronel Ayrton, o CBPE deveria também funcionar como uma escola onde seriam testadas novas formas de trabalho e de divulgação: "O CBPE estava tendo um papel importante na mudança da mentalidade que considerava que o trabalho de pesquisa deveria ser individual e isolado. Nós nos batíamos para que as pesquisas fossem realizadas por equipes multidisciplinares. Faríamos isso, e queríamos mostrar que era uma coisa exequível e que os resultados só poderiam ser melhores do que aqueles apresentados por um único elemento".

Durante a administração do coronel Ayrton o Inep recuperou parte da sua vitalidade. Foi reformulada toda a Divisão de Documentação, Divulgação e Informação, sob a chefia de Regina Helena Tavares. Os pontos principais desta reforma foram: o estabelecimento de uma rede sistemática de informações educacionais, que viria a abranger todo o país; a utilização de um *thesaurus* de educação para a indexação e recuperação das informações educacionais; o estabelecimento de um serviço tipo "pergunta-resposta" para melhor atender aos usuários, utilizando inclusive um vídeo terminal, ligado ao Prodasen, que permite a recuperação de informação legislativa. Além desses, receberia uma ênfase especial a constituição de um banco de dados sobre pesquisas educacionais em realização no Brasil, através de um levantamento bianual. Pesquisas que se arrastavam há anos foram concluídas e outras iniciadas, existindo uma grande preocupação com a sua utilização:

"uma das críticas que eu fazia ao nosso trabalho é de que ele ficava intramuros — não havia difusão nem mesmo do ensino na Guanabara. A Escola Guatemala, que era a escola experimental do Inep, realizava experiências importantes, mas que não eram aplicadas nas outras escolas. Assim, quando surgiu a oportunidade de testar as sugestões do CBPE nas escolas de um dos distritos da Guanabara, foi excelente. Essas escolas passaram a apresentar um rendimento excepcional".

Essa proposta de aplicabilidade das pesquisas foi a saída encontrada para o problema de encontrar um papel para a Divisão de Pesquisas do CBPE: tendo deixado de ser o órgão onde era pensada a política educacional brasileira, a pesquisa acadêmica devendo ser feita basicamente na universidade, ficou para o CBPE a tarefa de realizar pesquisas de curta duração que informassem o MEC e as secretarias estaduais a respeito do funcionamento efetivo de recomendações ou determinações suas.

Por razões administrativas o coronel Ayrton desentendeu-se com o secretário geral do MEC, Euro Brandão, em novembro de 1975, e foi substituído interinamente por Francisco Cruz Barbosa Lopes. Em fins de 1976, assumiu a direção do Inep a professora Maria Mesquita que fez a transferência do órgão para Brasília e fechou o CBPE. A biblioteca, que chegou a ser encaixotada para ser levada para Brasília, diante dos apelos de vários grupos interessados na sua manutenção

no Rio, foi objeto de um acordo com a UFRJ, onde foi instalada em fevereiro de 1979.

CONCLUSÃO

O que podemos apreender da história do Inep? Em primeiro lugar, que ela não foge à rotina de inúmeras outras instituições científicas ou paracientíficas brasileiras: criada num momento de grande entusiasmo, trazendo consigo uma proposta de inovação, pretendendo ser uma ruptura com os padrões antigos, passa por um curto período de intensa produtividade mas não suporta o peso do processo de rotinização.

Na opinião das pessoas entrevistadas, os problemas do CBPE começaram ainda no governo Kubitschek: Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, profundamente envolvidos com o projeto e depois a organização da Universidade de Brasília, afastaram-se de um envolvimento mais direto com o programa de pesquisas sociais, que era o mais ambicioso projeto do centro. Com o fim do governo Kubitschek e a crise provocada pela renúncia de Jânio, a situação tornou-se ainda mais indefinida. Oracy Nogueira, que ficara chefiando a Deps, voltou para a Universidade de São Paulo. Roberto Cardoso de Oliveira também se desligou do centro e foi organizar o Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional. Durante o governo João Goulart o Inep/CBPE esteve primordialmente envolvido com o delineamento da política educacional do país, e a implantação do sistema escolar de Brasília, da escola pré-primária à universidade. Esse nível de comprometimento tornou o Inep um órgão extremamente visado depois de 1964. Se seu primeiro diretor, Carlos Pasquale, conseguiu um relacionamento satisfatório com a equipe, Anísio Teixeira foi processado criminalmente pela União por peculato-furto, no exercício do cargo de reitor da Universidade de Brasília. Era uma espécie de avaliação pública pelos novos detentores do poder do homem com quem o Inep estava profundamente identificado.

A tentativa do coronel Ayrton de Carvalho Mattos de recuperar o Inep, atribuindo-lhe novas funções, foi relativamente bem sucedida. Mas a esta altura o Instituto já deixara de ser o centro de pesquisas e geração de idéias que pudessem influenciar de maneira significativa o sistema educacional e a sociedade brasileira como um todo. O Inep passa a ser mais um órgão burocrático do Ministério da Educação, e cumpre, assim, o ciclo comum a tantas instituições do país. Como resumia o próprio Anísio Teixeira: "no Brasil, as instituições duram tanto quanto seus fundadores".